

## **GT 6. “Abordagens sobre o Semiárido e suas Configurações Sociais”**

### **Os antecedentes da convivência com o semiárido em cena: o Fórum Seca como projeto político**

Shana Sampaio Sieber<sup>1</sup> e Ramonildes Alves Gomes<sup>2</sup>

1. Doutora em Ciências Sociais/Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG), shanasieber@yahoo.com.br

2. Doutora em Sociologia/Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande - PB (PPGCS/UFCG), rnildes@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem como pretensão refletir sobre a convivência com o semiárido no sertão pernambucano, através de um campo empírico específico, a concepção do Fórum Seca (1989-1996), trazendo-o como evento central de discussão para a sustentação de um paradigma capaz de representar a organização e a mobilização dos trabalhadores rurais frente às políticas de combate à seca. Ocasionando o Ato Público de ocupação da Superintendência do Nordeste - SUDENE, em março de 1993, o Fórum Seca representou muito mais do que um movimento reivindicatório de ações permanentes de enfrentamento à seca, mas a construção de um projeto político.

**Palavras-chave:** Fórum Seca; Convivência com o Semiárido; Projeto Político

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho propõe compreender o discurso da convivência com o semiárido em um contexto histórico determinado: os antecedentes do Ato Público de Ocupação da Superintendência do Nordeste - SUDENE, em março 1993, que seria o marco legitimador de uma demanda da sociedade civil que chegava ao Estado por uma via mobilizatória, requerendo “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro”. O Fórum Pernambucano de Enfrentamento à Problemática da Seca, o Fórum Seca (1989-1996) antecede essa conjuntura. Nasce da luta vivenciada pelos trabalhadores rurais, Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (CONTAG, Federações e Sindicatos), Igrejas, associações e cooperativas de pequenos produtores e organizações não governamentais (ONG’s) frente as políticas de combate à seca.

No entanto as bases empíricas que fundamentaram este processo ainda não foram sistematicamente demonstradas, trazendo o município de Serra Talhada como espaço de referência em que se vê os processos de disputa e sistematização de conceitos que embasaram a convivência com o semiárido, enquanto articulação de um Fórum que problematizou o problema da seca na região.

*A noção de convivência com o semiárido, como ideia política agregadora, foi motivada por uma conjuntura política favorável (característica dos anos 90, conforme dito acima), mas também pelos problemas sociais, em função de mais uma seca que se configurou na região, a partir de 1990. Nesse contexto de escassez de chuvas e de “fartura” de promessas de ajuda às “vítimas” da seca, os trabalhadores rurais e suas organizações começaram a se mobilizar diante da “calamidade social”, tendo início por Pernambuco, especialmente em Serra Talhada, com o “Fórum Seca”, em 1991 (DINIZ; PIRAUX, 2011, p. 158).*

Aqui há uma tentativa de superar o problema da seca no semiárido para que ela pudesse não ser mais enfrentada sob as rédeas das “políticas de combate à seca”, mas através de expressões como *convivência, autonomia e justiça*, conforme expressado pela Declaração do Semiárido<sup>1</sup>, conquistadas por políticas capazes de desenvolver um novo paradigma no semiárido, caracterizado pela valorização dos seus povos e culturas, com a condição de uma ampla mobilização da sociedade e dos governos nos níveis federal, estaduais e municipais (DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2013).

As Diretrizes para a Convivência com o Semiárido, publicada em 2013, vêm reforçando este movimento, em que toda a trajetória da mobilização enfrentada pela sociedade civil é trazida à tona, enquanto protagonista de um diálogo com os governos federal, estaduais e municipais, para a construção de uma Política Nacional e Políticas Estaduais de Convivência com o Semiárido e um respectivo Fundo Financeiro para ações permanentes. Vejamos no documento:

*O conjunto das organizações da sociedade civil, especialmente pela urgência de tratar as ações emergenciais para mitigar os efeitos imediatos da estiagem registrada na região, bem como a implantação de ações estruturantes que possam mudar e construir condições sustentáveis de convivência com o Semiárido, apresenta estas Diretrizes para o avanço do diálogo com os governos federal, estaduais e municipais e para a construção de uma Política Nacional e de Políticas Estaduais de Convivência com o Semiárido e um respectivo Fundo Financeiro para ações permanentes.*

*Faz-se importante lembrar que, neste ano, comemoramos 20 anos da ocupação da Sudene (em 1993), cuja principal conquista foi um Programa de Ações Permanentes em detrimento das frentes de emergência. Essa iniciativa ocorreu a partir do Fórum da Seca, no início dos anos 1990, que foi uma mobilização da sociedade, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2013, p.13).*

---

<sup>1</sup> A Declaração do Semiárido se consolidaria como um documento base inaugural do paradigma da convivência, divulgada pela Articulação do Semiárido (ASA) em 1999, no Fórum Paralelo da Sociedade Civil, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3). Com a Declaração do Semiárido, dez anos depois do 1º Encontro Seca, Implicações Políticas e Formas de Convivência (1989), o esforço em desmistificar o problema da seca tem continuidade, trazendo-o como fenômeno natural e periódico que não se pode combater, e sim conviver de forma planejada nos anos “normais” (DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO, 1999).

Nesse sentido, pretendemos revelar um *continuum* de eventos e sistematizações de documentos que tiveram como referência a ocupação da SUDENE, levada a cabo por um esforço mobilizatório e discursivo que constituiu o Fórum Seca, acionando retóricas comuns até hoje discutidas pelos atores e autores da convivência com o semiárido. Por isso o Fórum Seca constitui nossa referência empírica. Evidencia uma trajetória política interessante para nossa reflexão quando configura um significado político que transita entre o diálogo da sociedade civil e o Estado nos canais de participação colocados em cena a partir da Constituição de 1988, de acordo com Dagnino (2004); o alcance de uma demanda da sociedade civil na arena do Estado, dado principalmente através do Programa de Ações Permanentes; e uma disputa partidária, em oposição às políticas de Fernando Collor de Mello (MULLER; SUREL, 2004).

Assim, construímos nossa hipótese baseando-nos no argumento de que o Fórum Seca constituiu um movimento político que embasou o conceito que se tem hoje da convivência com o semiárido, constituindo-se como um projeto político de desenvolvimento consolidado em uma disputa política partidária, como contraponto a governos específicos. Nossa intenção foi problematizar o discurso da convivência com o semiárido partindo de um momento histórico específico, o Fórum Seca, e refletir sobre a trajetória dos trabalhadores rurais frente às políticas de combate à seca, enquanto sociedade civil ativa e propositiva, protagonista de um paradigma disposto a desmistificar o problema da seca no Nordeste. Assim pretendemos entender como os antecedentes do paradigma da convivência com o semiárido em um processo que se constituiu entre o enfrentamento e uma parceria com o Estado, configurada em torno de um projeto político.

## **2. PESQUISA EMPÍRICA**

A imersão no universo das ONGs, através de entrevistas semiestruturadas, nos conduziu ao Fórum Seca, que envolveu eventos fundamentais destacados na literatura da convivência, a exemplo da ocupação da SUDENE e do Fórum Nordeste. Para a discussão deste artigo foram analisadas três entrevistas centrais; dentre elas destacamos a entrevista com a coordenadora local do Centro de Desenvolvimento Agroecológico (CENTRO SABIÁ) e ex-técnica do Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR), ONGs de referência no Estado de Pernambuco e municípios de Serra Talhada e Triunfo, quem nos apontou a importância do Fórum Seca enquanto discussão sobre a problemática das políticas de combate à seca; a entrevista com um dos coordenadores do Fórum Seca, sócio fundador do Centro Sabiá e professor da Universidade

Federal Rural de Pernambuco e a entrevista com o dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE).

Para nos aproximarmos do cenário em que se desenvolveu o Fórum Seca, foram analisados documentos referentes à época em que ele se desenvolveu (1989 -1997), com destaque para o 1º Encontro Seca, implicações políticas e formas de convivência (1989); I Seminário Pernambucano, Seca, Implicações políticas e formas de enfrentamento (1990); Dossiê Fórum Seca. Fórum Pernambucano de Enfrentamento à problemática da seca (1991); Projeto Consolidação do Fórum Seca (1991) e Relatório Histórico do Fórum Seca, 1989 a 1996 (1997).

### 3. O FÓRUM SECA EM CENA: BASES PARA NOVOS ENFRENTAMENTOS

O Fórum Seca representou um movimento de articulação de âmbito estadual que se desenvolveu entre os anos de 1989 e 1996 através do esforço dos atores do movimento sindical, organizações não governamentais e da academia, que representaram a força da mobilização popular na direção do Estado. Durante sete anos o Fórum Seca envolveu uma diversidade de encontros, seminários, atos públicos e ocupações (em referência às duas ocupações à SUDENE), que formaram as bases para desmistificar o problema da seca no Nordeste e consolidar um contraponto às políticas de combate à seca orientadas pelo Estado (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991; RELATÓRIO HISTÓRICO DO FÓRUM SECA, 1997).

A partir do Primeiro Encontro Seca, intitulado: “*Primeiro Encontro Seca: Implicações políticas e formas de convivência*”, ocorrido em Triunfo (Pernambuco), entre os dias 24 e 26 de outubro de 1989, iniciava uma discussão para o planejamento das ações de enfrentamento da seca. Nesse encontro a “convivência” seria tratada como alternativa a ser considerada no planejamento das ações, através de “tecnologias alternativas<sup>2</sup>” capazes de desmistificar o problema da seca no sertão e desenvolver um contraponto frente às políticas de combate à seca.

Coordenado pelo Polo Sindical do Sertão Central com o apoio do Centro Josué de Castro – Projeto Tecnologias Alternativas, o encontro teve como objetivo discutir as implicações da seca em um momento anterior ao período de estiagem prevista pelas pesquisas. Nesse contexto as providências para combater seus efeitos e possibilitar uma convivência poderiam ser debatidas, antes que os efeitos começassem a ocorrer, exigindo outro *modus operandi* de tratar

---

<sup>2</sup> As tecnologias alternativas eram o foco do Projeto Tecnologias Alternativas, que tem origem na FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação), no Rio de Janeiro, e foi responsável pela difusão dos princípios da Tecnologia Apropriada como opção para a superação da pobreza rural no Brasil, a partir a realização de um mapeamento das experiências de resistência à modernização existentes no interior dos estados do Nordeste (SILVA, 2011).

à seca (1º ENCONTRO SECA, 1989). Nesta perspectiva seria possível compreender a seca como um problema político, que passaria pela falta de organização dos agricultores e de responsabilidade dos governantes, se distanciando de uma seca vista somente sob o ângulo climático.

Assim, uma oposição ao governo se fortalecia, e se estabelecia junto à crítica aos latifundiários, tidos como principais beneficiados das políticas de combate à seca. Uma luta de classe alimentava o discurso de oposição, entre os trabalhadores rurais e os latifundiários, coronéis ou políticos que se capitalizavam às custas dos processos oriundos da seca, favorecendo os seus interesses eleitorais (1º ENCONTRO SECA, 1989). Na perspectiva do 1º Encontro Seca, Implicações Políticas e Formas de Convivência, conviver e combater a seca enquanto formas de resistências às secas implicariam:

- Fazer reuniões na comunidade explicando o que é seca e fazer reivindicações de construções de barragens;
  - Estudar o que pode ser feito usando os recursos existentes na comunidade, tais como: construção de Casas de Farinha Comunitárias, Hortas, etc;
  - Informar os perigos e os meios que os trabalhadores têm para superar os problemas com a seca, explicando todas as formas alternativas possíveis;
  - Discutir a produção e as tecnologias alternativas fazendo propostas políticas para amenizar o problema da seca;
  - Os Sindicatos junto às comunidades, devem discutir a problemática do roçado e da criação de animais;
  - Lutar por um Governo Municipal, Estadual e Federal comprometido com os trabalhadores;
  - Procurar conhecer as plantas resistentes à seca para servirem de alimentação aos trabalhadores e aos seus animais, fazendo plantios comunitários;
  - Organizar-se para exigir poços comunitários equipados com profundidades de acordo com as condições dos terrenos;
- Exigir o pagamento dos trabalhadores de forma organizada e que o dinheiro seja administrado através de um conselho, onde a comunidade deve ficar ciente de que deve utilizar melhor este dinheiro do governo, dinheiro do povo;*
- Os sindicatos têm que aproveitar os meios de comunicação para divulgarem as secas previstas, historiando as anteriores com documentos, antecipando as propostas com documentos e encaminhando às autoridades competentes;*
- Os sindicatos junto às entidades comprometidas com os pequenos produtores devem informar, antecipadamente, através de cartilhas, cursos e treinamentos, ou outras iniciativas. (1º ENCONTRO SECA, 1989, p. 11-13).*

Em 1990, outro encontro foi organizado pelo Projeto Tecnologias Alternativas do Centro Josué de Castro e pelo Polo Sindical de Serra Talhada, envolvendo entidades como a Comissão Pastoral da Terra, o Grupo de Ecologia Humana da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a OXFAM (Organização inglesa de financiamento aos povos do terceiro mundo), no I Seminário Pernambucano, Seca: Implicações Políticas e Formas de Enfrentamento, no período de 27 a 30 de agosto de 1990, em Camaragibe (PE). O encontro representou mais um passo significativo para o entendimento da questão da seca e sistematização de orientações e definições das formas de atuação, identificando alternativas técnicas de combate aos seus efeitos e suas causas. As seguintes propostas foram formuladas:

- *Organizar secretarias e pequenos agricultores e comissões de tecnologias alternativas nos sindicatos. Promover a capacitação técnica dos trabalhadores rurais;*
- *Diversificar a produção vegetal e animal com organização, garantindo a rotatividade das culturas na terra e cultivos consorciados. Garantir preços mínimos de comercialização da produção. Orientar sobre custos de produção e comercialização. Produzir para o mercado;*
- *Lutar pelo melhor aproveitamento e distribuição das terras nas bordas dos açudes e aproveitar as áreas férteis. Recuperar as experiências os sertanejos diante das secas, porque isto é valorizar o saber popular e encontrar neles respostas para os problemas o semiárido;*
- *Contribuir para que o trabalhador valorize a sua propriedade e liberte-se das formas produtivas impostas pelo Governo. Esta valorização será reforçada com o uso de tecnologia adaptada ao pequeno produtor. Por isso, é importante divulgar mais as experiências populares e de tecnologias alternativas. Procurar preservar o equilíbrio ecológico;*
- *Fortalecer as organizações dos trabalhadores e da produção (sindicatos, cooperativas, associações e bancos de sementes). Articular cada vez mais as entidades e órgãos que trabalham com a formação e articulação dos grupos e comunidades. Procurar compreender, através de debates e lutas, a ligação dos nossos problemas no Nordeste com a situação política nacional e internacional. (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 06).*

O texto de Manoel Santos<sup>3</sup>, um dos coordenadores do Fórum Seca e sindicalista de referência para o município de Serra Talhada, publicado no Seminário foi importante para visualizarmos o movimento de organização dos trabalhadores frente as políticas de combate à seca, exigindo a negociação com os órgãos públicos. Aqui a demanda de alimentos começa a ser questionada e levada ao efeito de abusos políticos gerando um processo de subordinação política dos trabalhadores, de acordo com o sindicalista:

*Nesse momento, começamos a ver a necessidade de mudar de tática, porque ações como a distribuição de alimentos abafam a real situação dos trabalhadores. Discutimos com os próprios trabalhadores e mostramos que não iríamos procurar o Prefeito para distribuir alimentos, porque queríamos que houvesse uma decisão política de reconhecer a situação de miséria que estavam passando os trabalhadores.*

*Então, passamos a batalhar junto ao Governo do Estado; fomos a Brasília e tivemos uma audiência com o Ministro da Agricultura.*

*O que temos observado em todo esse processo é que, do ponto de vista político, a fome e a seca interessam para os políticos. Não há interesse deles em resolver os problemas os trabalhadores, porque quanto mais o homem passa fome, mais será subordinado politicamente, será enganado com um pequeno benefício, que o leva a votar no candidato daquele que o engana. O homem com fome não tem condições de pensar (Dirigente Sindical Manoel Santos, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 19).*

O interesse político na fome e a utilização da distribuição de alimentos como aproveitamento eleitoral fez com que o movimento sindical mudasse sua orientação, começando a assumir sua crítica para um âmbito político direcionado: o governo Collor. À sua

---

<sup>3</sup> Manoel Santos foi agricultor familiar e iniciou o seu trabalho nos movimentos sociais como Agente Pastoral da Ação Católica Rural (ACR), entre 1973 e 1978, época em que se filia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada (SRT). No sindicato, foi suplente, tesoureiro e presidente, em 1981. Em 1990, ocupou o cargo de Secretário Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e, entre 1993 e 1998 foi eleito ao cargo de presidente da entidade. Em seguida, no período entre 1998 e 2009, ocupa a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Foi o primeiro secretário rural da Central Única dos Trabalhadores - CUT e dirigente-fundador do Partido dos Trabalhadores - PT no Estado de Pernambuco. Eleito deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores - PT, Manoel Santos faleceu em meados de 2015 (Assembleia Legislativa de Pernambuco. Acesso em junho de 2015 <http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3576>).

oposição fazia coro os interesses de um governo que acessava outros discursos, que compreendiam o pequeno produtor e que iam de encontro às políticas de combate à seca. A fixação do trabalhador no campo seria agora trabalhada através da desapropriação de terras e da reforma agrária, trazendo condições para a produção da agricultura.

Nas propostas do Seminário fica claro que a reivindicação de um Programa Permanente de combate aos efeitos da seca trazia a trajetória da sindicalização rural da região como essência constitutiva do paradigma que estava sendo construído, partindo de suas demandas e reivindicações. O Programa Permanente iria requerer o protagonismo da sociedade civil e outra forma de enfrentar a seca, enquanto situação particular do ecossistema nordestino, enquanto situação que pudesse ser planejada para preparar a população. A seguir destacamos trechos da Carta do Seminário, intitulada “Por Terra e Vida no Semiárido”, endereçada ao Banco Mundial e à Sociedade Civil, com as seguintes propostas:

*Queremos um PROGRAMA PERMANENTE DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA, elaborado conjuntamente com a sociedade civil, através de suas organizações, e que procure preparar a população para enfrentar a Seca, enquanto situação particular do ecossistema nordestino, e não como um tempo de fome, miséria e subordinação. Que o Estado tenha programas de emergência necessários em momentos imprevisíveis de calamidade, tais como ocorre nas inundações.*

*Queremos que A TERRA SEJA DEMOCRATIZADA, com Reforma Agrária que inclua as terras úmidas, dando condições aos agricultores de produzirem alimentos para toda a sociedade.*

(...)

*Vamos propor que TODOS OS SINDICATOS ORGANIZEM COMISSÕES DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA, de forma a poderem refletir junto aos trabalhadores propostas a serem implantadas nas áreas reivindicadas.*

*Seca não deve ser discutida somente nos períodos em que este fenômeno ocorre. Para isto nos propomos a CONSTRUIR O FÓRUM AMPLIADO DE ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DA SECA DE PERNAMBUCO, a ser constituído por entidades sindicais, de assessoria, de pesquisa, ambientalistas, ecologistas, partidos políticos e sociedade civil. O mesmo terá a função de fazer com que a problemática da seca faça parte do dia-a-dia da sociedade, de forma tão normal como um dia de sol ou um dia de chuva.*

*Camaragibe, 30 e agosto de 1990. (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 21)*

Observa-se aqui duas posições. De um lado temos o movimento sindical, as assessorias populares e os pesquisadores, responsáveis por sistematizar experiências alternativas capazes de *desmascarar, com fundamentos, as ações do Estado (municipal, estadual e federal) que têm se caracterizado pela manipulação e exploração do povo em momentos de agravamento das suas condições de vida e de trabalho* (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, p. 03). E de outro temos as intervenções do Estado (federal, estadual e municipal), em certa medida, contribuindo para consolidar a “indústria da seca” e a dependência dos agricultores aos políticos fisiológicos (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991). O Fórum Seca se posicionava com uma bandeira

de crítica ao Estado que se desenvolvia em um espaço ambíguo, entre a busca de um programa permanente conduzido pela sociedade civil e um programa emergencial conduzido pelo Estado, compreendendo uma variedade de atores em disputa por um espaço comum, ainda indefinido, mas objeto de desejo, o Estado.

#### 4. O FÓRUM SECA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO

O Fórum Seca pretendia ser uma articulação permanente e sistemática entre diversas entidades de assessoria (ONGs), entidades e trabalhadores rurais (Sindicatos, federação, central), movimentos pastorais, centros de pesquisa e intelectuais/pesquisadores, empenhados na construção de alternativas frente ao complexo problema da seca. A Coordenação do Fórum Seca era formada por cinco entidades: FETAPE, CUT-PE, CENTRU – PE, Projeto Tecnologias Alternativas - PE/PB e CAATINGA (FÓRUM SECA, 1991).

Com uma proposta que aspirava no “I Encontro Seca – Implicações Políticas e Formas de Convivência (1989)” ser o subsídio da base sindical do Estado no atendimento às famílias de trabalhadores do semiárido para enfrentar os problemas da seca, no “I Seminário Pernambucano: Seca – Implicações políticas e formas de enfrentamento (1990)” ela configurava um formato epistemológico, que pretendia desmistificar o problema da seca e denunciar o descaso do Estado. Assim o Fórum Seca pretendia:

*Analisar a seca em seus aspectos climático, social, político e econômico, e qualifica-la como um problema que tem solução. A partir dessa análise, definir os caminhos para enfrenta-la de forma eficaz, apontando alternativas que beneficiem aqueles que trabalham na terra, e denunciar o descaso do Estado (federal, estadual e municipal) com milhões de trabalhadores pela forma como tem sido tratado o problema. (...) As ações governamentais mais recentes têm sido de negar a existência de seca ou continuar com políticas assistencialistas, paliativas, eleitoreiras e ineficazes, tais como a distribuição de cestas de alimentos para as populações famintas. Há 113 anos, as frentes de emergência só fazem perpetuar a dependência do agricultor aos políticos fisiológicos (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).*

Se desenrolava aqui um contraponto. Dos programas emergenciais da década de 80 ao programa de Cesta Básica do Collor da década de 90, o descaso do Estado frente à problemática da seca se intensificou, gerando insatisfações entre os movimentos sociais, sindicatos e ONGs. Com a organização do Fórum, a sistematização das contribuições dos pesquisadores serviu de base conceitual para fortalecer a crítica ao governo federal, construindo alternativas para o problema da seca, partindo das iniciativas dos movimentos sociais frente ao Estado.

*Então nós começamos a fazer uma discussão grande com o movimento sindical nos anos 90 pra formar um Fórum Seca que debatesse ideias já de convivência com o semiárido. Mas que ele fosse um Fórum político de enfrentamento à ideologia dominante da seca, né, que predominava*



*sobre a seca. Então em 91 nós fizemos um FORUM SECA em Serra Talhada, com 10 mil trabalhadores rurais, com a presença do Arcebispo de Afogados da Ingazeira Dom Francisco Austragésilo. Nós fizemos com a presença da CUT, com a presença do PT, com a presença da FETAPE, com a presença da CONTAG, com a presença de Lula que havia perdido a eleição pra Fernando Collor. Nós fizemos um ato lá em Serra Talhada, que foi um ato de lançamento do Fórum Seca, né. E foi um ato assim, gigantesco, com mobilização de todos os sindicatos, tal. (...)E aí foi quando a sociedade disse não, nós podemos, nós podemos fazer alguma coisa. E aí criamos um FORUM pra poder enfrentar, né, ideologicamente, disputar ideologicamente as ideias a respeito da seca e nós vamos disputar essas ideias do ponto de vista teórico e ideológico também. Nós fizemos vários seminários, fizemos reuniões nos sindicatos, nos polos sindicais, elaboramos documentos, né, a CONTAG elaborou um documento (Coordenador do Fórum Seca, Sócio-fundador do Centro Sabiá e Professor da UFRPE, entrevista realizada em fevereiro de 2015).*

Essas iniciativas entrariam em cena no Ato de Lançamento do Fórum Seca, realizado no município de Serra Talhada, com a mobilização de cerca de 10 mil agricultores que reivindicavam políticas compatíveis com o semiárido e com as necessidades dos pequenos produtores (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991). A “Ocupação da SUDENE pelos trabalhadores rurais” no dia 16 de março de 1993 representou uma grande mobilização regional, exigindo que os governos (federais e estaduais) tomassem providências em relação à seca.

De acordo com o dirigente da FETAPE de Serra Talhada e um dos Coordenadores do Fórum Seca, a ocupação da SUDENE foi pensada no espaço do Fórum Seca, em Serra Talhada, se tornando o precursor do que depois se configurou em convivência com o semiárido. Ocupar a SUDENE para o movimento significaria enfrentar uma entidade federal para que ela assumisse o seu papel: fazer o desenvolvimento do Nordeste a partir de uma política voltada para agricultura familiar e para a convivência com o semiárido.

*Nosso primeiro marco talvez tenha sido a criação do Fórum Seca no final dos anos 80, começo dos anos 90, que era uma junção das organizações que trabalhavam no campo pra discutir formas de conviver com o semiárido. E essa forma, sobretudo, veio criar um tema mais forte e talvez seja um marco nessa questão da discussão da convivência com o semiárido, foi o ano de 93, tem um ano histórico que foi quando nós tivemos longas secas, muito difíceis e que os trabalhadores resolveram enfrentar, e foi um período em pleno período de transição democrática federal e que nada foi exposto para ajudar os agricultores que tavam na situação de fome e de miséria muito grande. E foi quando o movimento sindical decidido aqui em Serra Talhada, numa reunião em Serra, resolveu fazer o acampamento na SUDENE, então atacar uma entidade federal, atacar no bom sentido, né, de enfrentar para que ela assumisse o seu papel. Se a SUDENE tinha, foi criada com o objetivo de fazer o desenvolvimento no Nordeste, como era que essa instituição não tinha nenhuma política voltada para agricultura familiar e para a convivência com o semiárido? Todos os nossos projetos eram projetos de indústrias ou de grandes agroindústrias. E foi lá que a gente, que os trabalhadores foram pra frente da SUDENE num grande ato em março de 93 (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015).*

Até então todas as iniciativas de mobilização não surtiram efeito, necessitando de uma ação mais concreta e propositiva, que trazia a ocupação da SUDENE como marco de uma ação política que conseguiu juntar cerca de 400 trabalhadores rurais. A entrevista com um dos coordenadores do Fórum Seca reconstituiu o momento de forma mais detalhada que a literatura:

*Então nessa reunião ocorrida em Serra Talhada nós decidimos ocupar a SUDENE. E aí nós juntamos um grupo grande de trabalhadores vindo do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco e fizemos um ato em frente à SUDENE. E entramos na SUDENE, em torno de 50 trabalhadores além de alguns assessores do Fórum Seca. E nas discussões que a gente fazia dentro do auditório da SUDENE nós decidimos ter uma audiência com Cassio Cunha Lima, que era Superintendente da SUDENE. Nessa audiência, a gente colocou a situação, de desmando do governo, de desleixo, e aí ficou uma situação que Cassio não podia dar resposta, tava esperando resposta de Brasília pra ver o que é que podia fazer, o que não fazia, então nós convidamos...ele a ficar conosco na SUDENE. E ele perguntou se ele estava sendo refém, né, se a gente tava tomando ele como refém nesse momento. Não, a ideia não é fazer você refém, a ideia é fazer você ficar solidário a nossa luta, com a gente aqui... Então aí ocupamos, ficamos lá, Cássio ficou com a gente e ficamos lá dormindo na SUDENE, passamos o dia, Itamar Franco disse que queria negociar e convidou uma Comissão a ir a Brasília. (...)Quando chegamos lá em Brasília quem nos recebeu não foi Cassio, foi Fernando Henrique Cardoso, ele era Ministro da Fazenda de Itamar Franco e nós fizemos um trabalho de mobilização com os parlamentares, né, parlamentares de Pernambuco, da Bahia, pra estar na audiência. E lembro bem da presença de Miguel Arraes de Alencar, que era deputado Federal, lembro bem da presença de Gustavo Crausi, que era Deputado Federal também, e outros também. E nesse momento é... Manoel Santos que era secretário geral da FETAPE, não era presidente ainda. Ele fez uma fala, outras pessoas fizeram uma fala e FHC ele sinalizou com resposta que era pro governo, a partir daquele momento, o Ministério da Fazenda ia colocar uma verba de 100 milhões de reais por mês para atender uma proposta elaborada por nós. Foi aí quando nós fizemos o Plano Permanente de Ações para o Semiárido. (Coordenador do Fórum Seca, Sócio-fundador do Centro Sabiá e Professor da UFRPE, entrevista realizada em fevereiro de 2015).*

Não foi por acaso que o Ato de Lançamento do Fórum Seca aconteceu no município de Serra Talhada, trazendo muito mais do que a representação do município nas discussões sobre a convivência com o semiárido. De um discurso que pretendia se opor a um modelo de produção baseado em uma modernização tecnológica que beneficiava grandes proprietários e fomentava as disputas eleitorais, ele inaugurava um espaço público não-estatal na construção de um projeto político, em oposição à lógica de políticas do governo Collor.

*O Fórum Seca foi em Serra Talhada porque Fernando Collor quando ganhou as eleições, no auge das secas nos anos 90, ele ganhou de Lula nas eleições... ele tomou posse e foi pra Serra Talhada ver a seca e ele fez um discurso lá, é... prometendo uma série de políticas para o semiárido, utilizando umas expressões de baixo calão e tal, e nós quando organizamos o Fórum Seca nós pensamos em fazer o Ato em Serra Talhada exatamente pra contrapor a lógica de políticas que Fernando Collor de Mello tava prometendo. Então nós tivemos todo um trabalho de Articulação com o Assessor de Lula, né, que morava aqui em Pernambuco na época pra que ele viabilizasse a participação de Lula nesse ato. Lula tinha sido candidato derrotado, era o nosso candidato e ele poderia muito bem expressar esse pensamento nosso, e aí nós fizemos isso. Depois nós fizemos dois seminários grandes aqui em Pernambuco com o Governo Paralelo. Que foi aquele governo que Lula criou quando ele perdeu as eleições pra Collor, ele criou vários ministérios e criou um governo Paralelo. Nós fizemos aqui dois seminários, é... “Seca, desafio e perspectiva”. (...)Eu acho que só isso aí já merecia uma reflexão mais aprofundada, porque eu acho que é uma coisa que naquele momento assim, colocava um contraponto a toda política hídrica do DNOCS e da SUDENE pra região, entendeu? Então, eu acho que a análise política do Fórum Seca ela precisa ser retomada e mais aprofundada, e ninguém fez ainda porque eu acho que ela inaugura um debate político com a sociedade civil, no sentido de que é possível alternativas que venham da própria sociedade civil. O próprio Lula num discurso que fez lá em Serra Talhada ele conclamou, né, os Sindicatos, conclamou a Federação, conclamou a CONTAG, alguns movimentos sociais, que organizassem um FORUM SECA em cada Estado (Coordenador do Fórum Seca, Sócio-fundador do Centro Sabiá e Professor da UFRPE, entrevista realizada em fevereiro de 2015).*

A eleição de 1989 representou uma disputa acirrada entre Collor e Lula. O Partido dos Trabalhadores chegara perto da presidência do Brasil. Nessa fase (1990-1992) o Governo Paralelo<sup>4</sup> se constituía como instrumento de ação política para o exercício de uma oposição qualificada ao recém-empossado Presidente Fernando Collor. Dessa forma o Partido podia manter articuladas as forças políticas que se uniram em torno da candidatura de Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e empreender uma fiscalização democrática da nova gestão.

A disputa partidária travada naquele momento tinha como referência o município de Serra Talhada, com sua trajetória mobilizatória frente às políticas de combate à seca, com casos de saques e paralisações de frentes de emergência. Após a visita de Collor no município, divulgando mais um Programa de Cestas Básicas para a população desassistida, a presença de Lula no palanque do Ato de lançamento do Fórum Seca, em 1991, não passaria despercebida. Apesar do esforço de se posicionar como um movimento de caráter não partidário, seria ingênuo concordar com a tese de que o Fórum seria um espaço neutro em termos partidários, ou mesmo que a presença de políticos em atos públicos não teria intenções de capitalizar determinada vertente partidária.

O *nosso candidato* perdeu as eleições presidenciais de 1989. Mas uma narrativa de dominação da cena política ainda seria contada, articulada sob algumas temáticas importantes para o Partido dos Trabalhadores: distribuição de terra e renda, ampliação da democracia e defesa da autonomia nacional, consolidando as propostas elaboradas pelo PT e pela CUT nas mobilizações políticas dos anos 1980. Ante a esse cenário a figura de Lula consolidaria todo o esforço discursivo trabalhado pelo Fórum Seca. Um discurso que já teria conquistado votos nas eleições de 1989, via-se na figura de Lula a expressão da voz do trabalhador rural no palanque do Fórum Seca, trazendo um caráter não estatal e não partidário. A seguir destacamos trechos do Dossiê Fórum Seca sobre este aspecto:

*O Fórum Seca pode tocar nessas coisas e pode, a partir de agora, mostrar pra sociedade brasileira que existe um Fórum, que não é uma coisa do Estado, não é uma entidade governamental, não está a fim de viver do dinheiro do Estado, mas é uma entidade civil representada por vários segmentos da sociedade, que está disposta a levar a questão da seca mais a sério do que já foi levada até hoje no Brasil.*

*(...)Nós não podemos terminar o século deixando o povo aceitar a ideia de que ele é miserável porque Deus quer, ou que está com fome porque Deus quer, que existe a seca porque Deus quer.*

---

<sup>4</sup> Neste período o PT desenvolvia uma série de medidas de caráter emergencial a serem apresentadas ao Governo Collor, e outras, como alternativa de governo, a ser negociada com a sociedade. Aqui se desenrolaria um programa de governo, um novo governo que seria implementado pelo PT, um Governo Paralelo que pretendia avaliar, fiscalizar e apresentar propostas à política do Governo Collor (MARTUSCELLI, 2010). De acordo com este autor, com o governo paralelo o PT inaugurava uma política que se constituía entre duas direções, a primeira evidenciava um processo de negociação com o Governo Federal, através de propostas que fossem tomadas pelo Governo Collor, de caráter emergencial; e a segunda direção se orientava na proposta de um novo governo, inaugurada pelo Governo Paralelo, com nítidas pretensões eleitorais, previstas para 1994, de acordo com Martuscelli (2010).

*Não podemos mais deixar o povo ficar acreditando nisso, se nós quisermos ajudar o povo. E o Fórum, como não é de partido político, não é de um sindicato, mas de diversos segmentos da sociedade, pode contribuir de forma decisiva para que a gente dê outra dimensão a discussão da seca no Nordeste brasileiro” (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).*

O desinteresse à *coisa do Estado* torna subliminar o interesse tácito em um espaço no Estado, com Lula dominando o discurso. Em nome de uma sociedade civil que passa agora a existir para levar a questão da seca como uma discussão política, a ideia de um público não estatal seria experimentada, enquanto força política de oposição a um governo específico, desenvolvendo um caminho partidário aspirante de um lugar no Estado, se ele for entendido como o governo do Partido dos Trabalhadores. Não se tratava mais de estar de costas para o Estado, mas de participar de políticas de negociações, conforme Gohn (2013) observa, mediante a progressiva construção de canais de participação e a ampliação do campo da sociedade civil. Assim um projeto político poderia ser consolidado para o semiárido; compreendendo bem a compreensão de projeto político de Evelina Dagnino (2004).

Para esta autora a noção de “projeto político” diz respeito a uma concepção gramsciana que pretende designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos. Se desenvolveria no vínculo entre cultura e política, com a hipótese de que projetos políticos não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas. A convivência com o semiárido se expressaria neste sentido; sendo definida como uma perspectiva cultural e sustentável para o semiárido, constituindo-se em um novo paradigma civilizatório articulado entre as dimensões social, cultural, econômica, ambiental e, sobretudo (*para nós*), política (SILVA, 2006; 2007).

Nesse sentido o projeto político da convivência com o semiárido teria um caráter polissêmico, que se desenvolve nas três instâncias destacadas por Muller e Surel (2004): 1. A partir de uma mobilização incrível capaz de chegar ao Estado propondo ações permanentes para a problemática da seca, trabalhando a questão da participação política e o diálogo entre a sociedade civil e o Estado (*polity*); 2. no acesso às políticas públicas e programas governamentais (*policies*), requerendo a construção de Planos e Políticas, como no caso dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Convivência com o Semiárido e da Política Nacional de Convivência com o Semiárido; e 3. no debate partidário e ocupação de cargos políticos. Aqui o projeto político da convivência pode encontrar todas as dificuldades típicas do campo político, capaz de mobilizar um capital político específico ligado à notoriedade e a reputação, gerando um campo de disputas pelo monopólio do princípio legítimo de visão e de

divisão do mundo social. Os atores, dotados de poderes desiguais, possuem um objetivo comum, o poder sobre o Estado, que em certa medida põe fim à luta política, através de um caráter de verdade do Estado oficial (BOURDIEU, 2011a;b).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fórum Seca se constituiu em um movimento político importante para o que se entende hoje de convivência com o semiárido. Aqui o projeto político democratizante, gestado no interior da sociedade, amadurecido desde a resistência ao regime militar, fundado na ampliação da cidadania e na participação da sociedade civil, de acordo com Dagnino (2004), representaria um contendor relativamente consolidado, capaz de constituir um campo de disputa. Em uma época que o projeto neoliberal acabara de entrar em cena, com o Governo Collor, este contendor se manifestaria, encontrando suporte significativo na Constituição de 1988 e na criação de novos espaços participativos. O Fórum Seca nasce nessa conjuntura.

Assim, desmistificar o problema da seca no Nordeste, fortalecer os sindicatos, organizar a sociedade civil, planejar uma discussão antecipada sobre a seca na direção de uma Política voltada para o semiárido, e trazer a questão da seca como um problema muito mais político do que climático compreenderam a luta dos movimentos sociais e sindicais, das organizações governamentais e da própria academia na discussão do Fórum Seca. Do Fórum Seca à Convivência com o Semiárido se constituíam as bases de um projeto político em direção ao Estado, contando com um partido político empenhado na reforma agrária e no fortalecimento da sociedade civil e na sua participação nos espaços públicos (SILVA; OLIVEIRA, 2011; DAGNINO; TEIXEIRA, 2014). Dessa forma o Fórum Seca conseguia articular, em uma mesma direção, uma diversidade de interesses que transcendiam os níveis locais, regionais e nacionais.

Com o Fórum Seca o discurso ganharia um formato oficial e seguiria o caminho do contraponto ao Governo, assinado pela sociedade civil. Entre uma oposição ao governo (historicamente dominante) que se constitui em todo o processo de luta legitimado pela sindicalização rural no sertão e um movimento que interessava ocupar um lugar no interior do Estado, compreendido aqui como aparato de governo, um interesse político específico parecia ser orientado, fundado em uma crença que enunciava formas de moral e bons princípios interessada em mudar uma visão da seca como castigo de Deus (BOURDIEU, 2014).

A partir desse ponto começamos a perceber que o esforço histórico de elaboração de uma narrativa crítica às políticas de combate à seca orientadas por um modelo de governo

ditatorial que dominou o Estado por um longo período, mudou a direção do leme para uma oposição partidária. Aqui um capital político se desenvolveria entre um fazer político polissêmico em que o debate partidário não pode ser ignorado, operado pelo interesse tácito, entre outros, de promover o diálogo entre a sociedade civil e o Estado. Estava em gestação o projeto político da convivência com o semiárido.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, Brasília, janeiro-julho , 2011a, p. 193-216.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b. 322 p.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**. 1. Ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro (Ed.). **La cultura em las crisis latino-americanas**, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 195-216, 2004.

\_\_\_\_\_.; TEIXEIRA, A. C. C. The participation of civil society in Lula's government. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, 2014, p. 39-66.

DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO. PROPOSTAS DA ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO. Recife, 26 de novembro de 1999.

DINIZ, P. C. O. ; PIRAUX, M. Agroecologia e convivência com o semiárido: breves notas de uma longa trajetória de diálogo e interfaces. In: LIMA, J. R. T. de. (Org.) **Agroecologia e movimentos sociais**. Recife: Bagaço, p.147- 168, 2011.

DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO. Uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas. Recife, março de 2013.

DOSSIÊ FÓRUM SECA. FÓRUM PERNAMBUCANO DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DA SECA. Este dossiê registra destaques dos primeiros passos dados pelo Fórum Seca, o início dessa nova história escrita com a luta e a sabedoria os homens e mulheres comprometidos com a emancipação dos trabalhadores rurais do nosso Nordeste. Recife, junho de 1991.

1º ENCONTRO SECA, IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE CONVIVÊNCIA. Pólo Sindical do Sertão Central; Centro Josué de Castro – Projeto Tecnologias Alternativas (Orgs.). Triunfo/PE, 24 a 26 de outubro de 1989.

- GOHN, M. da G. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **SER social**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul/dez, 2013.
- MARTUSCELLI, D. E. O PT e o impeachment de Collor. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, Novembro, 2010, p. 542-568.
- MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. 2.ed.Pelotas: EDUCAT, 2004. 156 p.
- PROJETO CONSOLIDAÇÃO DO FÓRUM SECA. Manoel Santos – FETAPE; Aristides Veras – CUT; Manoel Raimundo – CENTRU; Mauricio Aroucha – CAATINGA; Marcos Figueiredo – PTA/CJC. Recife, 12 de junho de 1991.
- RELATÓRIO HISTORICO DO FÓRUM SECA, 1989 a 1996. Recife, março, 1997.
- SECA, UM PROBLEMA QUE TEM SOLUÇÃO: FÓRUM PERNAMBUCANO DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DA SECA. Cartilha. Marcos Figueiredo (Org.). Recife, abril de 1995.
- I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA, IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO. Projeto tecnologias Alternativas o Centro Josué de Castro; Pólo Sindical de Serra Talhada, Comissão Pastoral da Terra; Grupo de Ecologia Humana da UFRPE; OXFAM. Camaragibe/PE, 27 a 30 de agosto de 1990.
- SILVA, A. D. da. Da tecnologia alternativa à Agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em rede. In: LIMA, J. R. T. de. (Org.) **Agroecologia e movimentos sociais**. Recife: Bagaço, 2011, p.147- 168. p.39- 68.
- SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. de. L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado - Movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 86-124, set./dez., 2011.
- SILVA, R. M. A. da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 3, p. 466-485, jul/set. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. 289 p. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília.